

1.000

QUESTÕES PARA O

ALERJ

ESPECIALISTA LEGISLATIVO NÍVEL III

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	13
→ ACENTUAÇÃO.....	13
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	14
→ ARTIGO	15
→ SUBSTANTIVO	16
→ ADJETIVO	17
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	17
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	18
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	19
→ PRONOMES PESSOAIS.....	19
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	20
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	21
→ PRONOMES INDEFINIDOS.....	21
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	22
→ PRONOMES RELATIVOS.....	22
→ ADVÉRBIO	23
→ NUMERAL.....	24
→ PREPOSIÇÃO.....	24
→ CONJUNÇÃO.....	25
→ INTERJEIÇÃO	25
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	26
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	27
→ POLISSEMIA	27
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS	28
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	28
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	30
→ CRASE.....	31
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	32
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	33
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE)	34

→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	35
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	36
→ GABARITO 	37

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO 41

→ MATEMÁTICA - NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	41
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	41
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	41
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	42
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	42
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	42
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	43
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS)	43
→ PORCENTAGEM.....	43
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	44
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	44
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	44
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	45
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	45
→ PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS, POSIÇÕES RELATIVAS.	45
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	46
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	46
→ DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE POLÍGONOS.....	46
→ NÚMERO DE DIAGONAIS DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	47
→ SOMA DOS ÂNGULOS INTERNOS DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	47
→ ÁREA E PERÍMETRO DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	47
→ POLÍGONOS REGULARES (MEDIDA DO LADO, DIAGONAL, APÓTEMA E ÁREA; ÂNGULO INTERNO).....	48
→ SEMELHANÇA ENTRE POLÍGONOS. RAZÃO DE SEMELHANÇA	48
→ DEFINIÇÃO, ELEMENTOS E PROPRIEDADES (CIRCUNFERÊNCIA E CÍRCULO)	49
→ COMPRIMENTO DA CIRCUNFERÊNCIA E DO ARCO DE CIRCUNFERÊNCIA	49
→ ÁREA DO CÍRCULO, DO SETOR CIRCULAR E DO SEGMENTO CIRCULAR	50
→ RETA TANGENTE E SECANTE À CIRCUNFERÊNCIA	50
→ POTÊNCIA DE PONTO	50
→ POLÍGONOS INSCRITOS E CIRCUNSCRITOS À CIRCUNFERÊNCIA.....	50
→ ÂNGULOS CENTRAL, INSCRITO E SEMI-INSCRITO.....	51
→ JUROS SIMPLES	51
→ JUROS COMPOSTOS.....	51
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	52
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	52
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	52

→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	52
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	53
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	53
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO	53
→ ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO.....	53
→ OUTRAS QUESTÕES DE LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO	54
→ GABARITO 	54

NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....57

→ WINDOWS 10.....	57
→ WINDOWS 11.....	57
→ WORD 2016.....	58
→ WORD 2019	58
→ EXCEL 2016.....	59
→ EXCEL 2019	59
→ POWERPOINT 2016	60
→ POWERPOINT 2019	61
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	61
→ INTRANET E EXTRANET.....	63
→ GOOGLE CHROME.....	63
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	64
→ GMAIL	65
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	65
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	67
→ GOOGLE DRIVE.....	67
→ GOOGLE WORKSPACE	67
→ MICROSOFT TEAMS.....	69
→ GABARITO 	69

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA 71

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PROVIMENTO, EXERCÍCIO E VACÂNCIA (ARTS. 1º A 17 DO DL Nº 220/1975 E 1º A 86 DO DEC Nº 2.479/1979).....	71
→ DOS DIREITOS E VANTAGENS (ARTS. 18 A 32 DO DL Nº 220/1975 E 87 A 224 DO DEC Nº 2.479/1979).....	71
→ REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 34 A 57 DO DL Nº 220/1975 E 271 A 303 DO DEC Nº 2.479/1979)	72
→ PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 58 A 82 DO DL Nº 220/1975 E 304 A 349 DO DEC Nº 2.479/79).....	72
→ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	73
→ GABARITO 	74

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....75

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	75
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	76
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	76
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	76
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	76
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	77
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	77
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	77
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	78
→ TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES.....	79
→ PODER REGULAMENTAR.....	79
→ PODER HIERÁRQUICO	79
→ PODER DISCIPLINAR	80
→ PODER DE POLÍCIA.....	80
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	81
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	81
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	82
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	82
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	83
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS... 83	
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	84
→ EXCLUDENTES E ATENUANTES DE RESPONSABILIDADE.....	84
→ RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS OMISSIVOS.....	85
→ RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS	86
→ CASOS ESPECIAIS (DANOS DECORRENTES DE OBRA PÚBLICA, RESPONSABILIDADE DOS TABELIÃES, ETC.).....	86
→ CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)	87
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	87
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	88
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	88
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	89
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	89
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	90
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	91
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	92
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	93
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992)	94
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	95

→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992)	96
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992)	96
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999)	97
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999)	97
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999)	98
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999)	99
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784/1999)	99
→ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 69 E 70 DA LEI Nº 9.784/1999)	100
→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021)	100
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)	101
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	101
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)	102
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)	103
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021)	103
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021)	104
→ DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO (ARTS. 53 A 54 DA LEI Nº 14.133/2021)	105
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	105
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021)	106
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI Nº 14.133/2021)	107
→ GABARITO 	107

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....111

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	111
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	112
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	112
→ HABEAS CORPUS	113
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	113
→ MANDADO DE INJUNÇÃO	114
→ HABEAS DATA.....	115
→ AÇÃO POPULAR	116
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	116
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	117
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	118
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	118
→ PERDA DA NACIONALIDADE	119
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	120
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	120
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	121

→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	122
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	122
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	123
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	124
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	125
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	126
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988)	127
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	128
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	128
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	130
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988)	130
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	131
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	132
→ DISPOSIÇÃO GERAL (PROCESSO LEGISLATIVO, ART. 59 DA CF/1988)	133
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988)	133
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	134
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	135
→ DO ESTATUTO DA MAGISTRATURA (ART. 93 DA CF/1988)	136
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	136
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	138
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	139
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	139
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	140
→ INTRODUÇÃO, PRESSUPOSTOS E TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	141
→ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO MUNDO E HISTÓRICO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	142
→ FORMAS DE CONTROLE: SISTEMAS, MOMENTOS, MODELOS E VIAS DE CONTROLE	142
→ CONTROLE DIFUSO (INCIDENTAL OU INCIDENTER TANTUM).....	143
→ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PELOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS.....	144
→ GABARITO 	145

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO 149

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	149
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	150
→ GOVERNABILIDADE.....	152
→ GOVERNANÇA PÚBLICA.....	152
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	153
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	155
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	157

→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	159
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE DIREÇÃO (CONCEITO E CARACTERÍSTICAS).....	161
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	163
→ ARQUIVOLOGIA - CICLO VITAL (TEORIA DAS TRÊS IDADES).....	164
→ TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS	165
→ A ATIVIDADE DE CLASSIFICAÇÃO (PLANO DE CLASSIFICAÇÃO, ARRANJO ETC.)	166
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	167
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	169
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	170
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	173
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	174
→ ATENDIMENTO PRESENCIAL	175
→ GABARITO 	176

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO

1. (FGV – 2024) João, estudioso do Direito Constitucional, propôs-se a analisar a Constituição do país Beta, o que exigiu a realização de ampla pesquisa a respeito das características do ambiente social e dos fatores reais de poder. Ao fim de suas reflexões, concluiu que essa Constituição alberga concepções ideológicas aparentemente inconciliáveis entre si. Além disso, traça objetivos a serem alcançados pelas estruturas estatais de poder. Por fim, ainda concluiu que a referida Constituição é formada por preceitos incompatíveis com o ambiente sociopolítico do país Beta, carecendo de níveis mínimos de eficácia.

À luz dessa narrativa, é possível afirmar que a Constituição analisada por João deve ser considerada

- a) nominal, compromissória e dirigente.
- b) compromissória, semântica e dúctil.
- c) heterônoma, ortodoxa e semântica.
- d) autônoma, ineficaz e nominal.
- e) dúctil, normativa e pactuada.

2. (FGV – 2023) Após longo período de instabilidade política, ocorreu um golpe de Estado e uma pequena aristocracia assumiu o poder no País Alfa. Com o único objetivo de legitimar o golpe de Estado e a forma como o poder seria livremente exercido, essa pequena aristocracia outorgou uma Constituição para o País Alfa, que seria alterada conforme as suas conveniências.

À luz da classificação das ordens constitucionais, estamos perante uma Constituição:

- a) nominal;
- b) cesarista;
- c) semântica;
- d) normativa;
- e) compromissória.

3. (FGV – 2023) Após um processo revolucionário, o poder político no âmbito do País Alfa foi assumido por certo grupo armado. Em razão do total rompimento com a organização política então adotada, foi elaborado um novo texto constitucional por esse grupo, com ulterior submissão à população do País Alfa, que somente tinha a opção de aprová-lo ou rejeitá-lo.

Esse texto, ademais, foi estruturado de modo a tão somente cancelar os objetivos do grupo político, assegurando a sua continuidade no poder, não se destinando propriamente à disciplina normativa dos institutos constitucionais.

Com a aprovação do texto pela população, o líder do grupo armado, após ressaltar o seu compromisso com os “valores da revolução”, editou um ato estabelecendo a sua vigência e tornando-o imperativo como Constituição do País Alfa.

Essa Constituição deve ser classificada como

- a) cesarista e semântica.
- b) nominal e promulgada.
- c) outorgada e normativa.
- d) bonapartista e semirrígida.
- e) plebiscitária e compromissória.

4. (FGV – 2022) É corrente, em doutrina, a afirmação de que a Constituição da República de 1988, dentre outros atributos, é rígida, analítica e eclética.

Isso significa que a Constituição da República de 1988:

- a) pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o destinado às demais espécies normativas, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada;
- b) pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o destinado às demais espécies normativas, estatui prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, além de ser resultante do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;
- c) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, além de estatuir prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, e resultar do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;
- d) pode ser alterada pelo processo legislativo ordinário, estatui prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, além de ser resultante do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;
- e) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada.

5. (FGV – 2019) Após um golpe de Estado, o líder do movimento armado vitorioso solicitou que uma comissão de apoiadores, sob sua orientação, elaborasse um projeto de Constituição, o qual foi submetido a plebiscito popular, sendo, ao final, aprovado e publicado com força normativa. Essa Constituição dispôs que parte de suas normas exigiria a observância de um processo legislativo mais rigoroso para a sua alteração, com quórum qualificado para a iniciativa e a aprovação, enquanto a outra parte poderia ser alterada conforme o processo legislativo da lei ordinária.

Essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e rígida;
- b) popular e dogmática;
- c) bonapartista e flexível;
- d) cesarista e semirrígida;
- e) promulgada e analítica.

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

6. (FGV – 2024) De acordo com o artigo 4º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil deve observar alguns princípios nas suas relações internacionais.

Nesse sentido, analise os itens a seguir:

- I. Dependência internacional;
- II. Prevalência dos direitos humanos;
- III. Defesa da paz, exceto nas situações de guerra;
- IV. Repúdio ao racismo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

7. (FGV – 2024) O texto constitucional previu a existência de alguns objetivos fundamentais para nortear as ações da República Federativa do Brasil, a exemplo de

- a) solucionar de forma pacífica os conflitos.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) fomentar o pluralismo político.
- d) erradicar as desigualdades sociais e regionais e reduzir a pobreza e a marginalização.

8. (FGV – 2024) O artigo 3º da Constituição Federal dispõe sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- II. Erradicar a pobreza e a marginalização.
- III. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- IV. Garantir o desenvolvimento do Estado liberal.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

9. (FGV – 2023) Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez,

ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- a) todas estão certas;
- b) somente Ana está certa;
- c) somente Bruna está certa;
- d) somente Ana e Inês estão certas;
- e) somente Bruna e Inês estão certas.

10. (FGV – 2023) Leia o trecho a seguir.

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Assim, o Brasil firma-se em fundamentos constitucionais, dentre os quais destaca-se a Soberania Nacional, entendida como a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações. Na esfera internacional, o Brasil atua conforme os princípios elencados no Art. 4º da Constituição Federal.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional, 2020.

Entre os princípios das relações internacionais que não foram incorporados pela Constituição Federal, encontra-se o pertinente

- a) à concessão de asilo político.
- b) à governança global liberal.
- c) à prevalência dos direitos humanos.
- d) ao repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- e) à não intervenção.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

11. (FGV – 2023) Marina, insatisfeita com os últimos decretos do Prefeito do Município Alfa, resolve convocar nas redes sociais uma manifestação pacífica nas ruas do centro da cidade. No dia marcado, várias pessoas comparecem ao logradouro público e começam a se manifestar com palavras de ordem sob a sua liderança.

Considerando estes fatos, e de acordo com a Constituição da República, a manifestação

- a) pode acontecer desde que os manifestantes tenham obtido autorização prévia com a Prefeitura.
- b) não pode acontecer porque a Constituição da República não garante o direito de se reunir pacificamente.
- c) pode acontecer, de acordo com a Constituição da República, independente de aviso prévio à autoridade competente.
- d) não pode acontecer porque realizada em local aberto ao público, visto que prejudica o direito de locomoção dos demais cidadãos.
- e) pode acontecer independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, e que seja pacífica, sem armas, em local aberto ao público e seja comunicada previamente à autoridade competente.

12. (FGV – 2022) Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso.

O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro

- a) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.
- b) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.
- c) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.
- d) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.
- e) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

13. (FGV – 2021) Maria foi acusada da prática de um crime e confidenciou ao seu advogado estar temerosa de que determinado juiz de direito, considerado muito rigoroso, fosse propositamente escolhido para julgar a sua causa. O advogado, com o objetivo de tranquilizá-la, afirmou que o Art. 5º, XXXVII, da Constituição da República de 1988 dispõe que “não haverá juízo ou tribunal de exceção”.

A garantia fundamental mencionada pelo advogado significa que o juízo que julgará Maria deve:

- a) tratar todos os réus com igualdade, sem excepcionar nenhum deles;
- b) ter sido designado pelo Conselho Nacional de Justiça para atuar no caso;
- c) ter sido previamente aprovado em concurso público de provas e títulos;
- d) ser definido conforme regras de competência preexistentes ao crime praticado;
- e) reconhecer as hipóteses de suspeição ou impedimento que recaiam sobre ele no processo.

14. (FGV – 2021) Maria foi intimada de decisão proferida em processo administrativo, no qual fora condenada a pagar uma multa.

No formulário da notificação, encontrava-se impressa a informação de que a lei de regência exigia a realização de depósito prévio, em valor correspondente a 50% da multa aplicada, como requisito de admissibilidade do recurso administrativo que viesse a ser interposto.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a exigência de depósito prévio é

- a) constitucional, já que a garantia do juízo, mesmo no plano administrativo, está prevista na ordem constitucional.
- b) constitucional, desde que esteja em harmonia com a norma geral editada pela União a respeito da temática.
- c) inconstitucional, exclusivamente por não excepcionar a hipótese de Maria ser hipossuficiente.
- d) constitucional, pois os requisitos dos recursos administrativos devem ser definidos em lei.
- e) inconstitucional, pois compromete o exercício do direito de petição.

15. (FGV – 2019) Antônio, pessoa do povo, percebeu que uma criança de aproximadamente 4 anos estava sendo duramente espancada por um adulto, no interior de uma casa, durante a noite.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que Antônio

- a) deve chamar um policial, que deve solicitar um mandado judicial para ingressar na casa contra a vontade do morador.
- b) pode ingressar na casa, contra a vontade do morador, e prendê-lo.
- c) deve solicitar um mandado judicial para ingressar na casa contra a vontade do morador.
- d) pode solicitar a interrupção da agressão, mas não ingressar na casa contra a vontade do morador.
- e) somente poderia ingressar na casa contra a vontade do morador, para interromper a agressão, caso ainda fosse dia.

→ HABEAS CORPUS

16. (FGV – 2024) João, particular, está sofrendo coação em sua liberdade de locomoção, por conduta ilegal e abusiva perpetrada pelo delegado de polícia da comarca Alfa. Com efeito, em havendo prova cabal sobre a ilicitude verificada, a defesa de João pretende ingressar, em juízo, com o remédio constitucional adequado para sanar a situação constatada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que caberá a impetração de um(a):

- a) mandado de segurança, que deverá ser julgado, originariamente, pelo Tribunal de Justiça;
- b) revisão criminal, que deverá ser julgada, originariamente, pelo Tribunal de Justiça;
- c) revisão criminal, que deverá ser julgada pelo juiz competente em primeira instância;
- d) habeas corpus, que deverá ser julgado pelo juiz competente em primeira instância;
- e) habeas corpus, que deverá ser julgado, originariamente, pelo Tribunal de Justiça.

→ MANDADO DE SEGURANÇA

17. (FGV – 2025) De acordo com a Constituição Federal, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por

- a) organização sindical ou entidade de classe, mas não por partido político com representação legislativa, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- b) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, mas não por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical ou entidade de classe.
- c) partido político com representação no Congresso Nacional ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, mas não por organização sindical, ou entidade de classe.
- d) partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- e) partido político com representação legislativa, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.